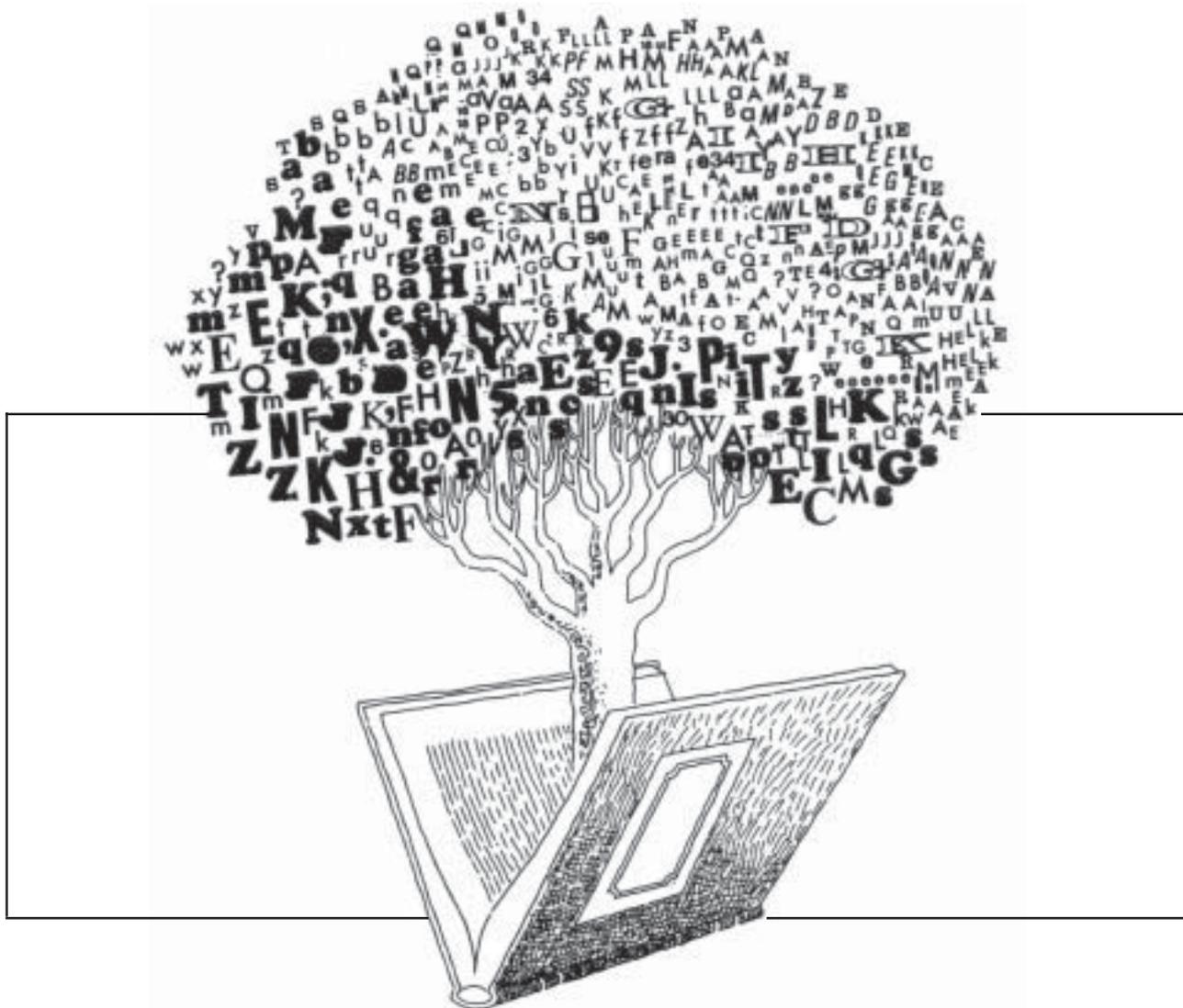


Este estudo se propõe a analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, na sua versão lançada em 1996, com o objetivo de identificar o papel das políticas educacionais do Estado na determinação das funções sociais da escola. Através desta análise procura-se evidenciar em que medida as funções atribuídas à escola, hoje, se relacionam com as necessidades do mundo do trabalho. Demonstra que tem sido atribuída à escola a função de capacitar a força de trabalho para se adaptar as constantes mudanças no mundo do trabalho, contribuindo para a redução de conflitos na sociedade, além de revelar aspectos contraditórios que evidenciam a possibilidade de luta no contexto do movimento da sociedade.

Palavras-chave: Política Educacional, Parâmetros Curriculares, Funções da Escola.



This study intend to analyse the National Curricular Parameters - PCNs - in their version released in 1996, with the objective of identify the role of the educational politics of the State in the determination of the social functions of the school. Through this analysis we seek to expose to what extend the functions imputed to be the school's, nowadays, relate to the needs of the work reality. This studies show that it has imputed to the school the function of preparing the work force to adapt itself to the constant changes of the work reality, contributing to the reduction of society conflict, besides reveal contradictory aspects which show the possibility of dashes in the context of the social movement.

Key words: Educational Politics, Curricular Parameters, School Functions.

As Políticas Educativas do Estado na Determinação das Funções Sociais da Escola*

Elisângela
Alves da Silva

Aluna do Curso de Mestrado
em Educação/UFMS - Bolsista
de Demanda Social da Capes.

Introdução

Este estudo se propõe a analisar o papel das políticas educacionais do Estado na determinação das funções sociais da escola, procurando identificar quais as funções que o capital tem atribuído à escola hoje, e em que medida essas funções se relacionam com o mundo do trabalho.

Parte-se do pressuposto de que o mundo do trabalho, na sociedade contemporânea, tem passado por significativas transformações, ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico, pelo crescente processo de desindustrialização e pela movimentação do capital fictício. Todos esses aspectos têm influenciado na forma como se organizam as relações de trabalho e até mesmo no questionamento da centralidade da categoria trabalho para o trabalhador. Observando-se esses aspectos, procura-se abordar as políticas educacionais do Estado no sentido de apreender sua relação com as novas exigências do mundo do trabalho.

Inicialmente desenvolve-se uma análise das relações entre escola e trabalho, procurando identificar as principais funções que a escola desempenha no sentido de atender necessidades do mundo do trabalho. As determinações sociais implícitas nas políticas educacionais do Estado são contempladas na tentativa de desvelar o papel dessas políticas na determinação das funções da escola.

Com base nessa discussão se segue a abordagem dos "Parâmetros Curriculares Nacionais" - PCNs, na sua versão lançada no ano de 1996, com vistas a identificar as funções da escola que se encontram explícitas ou subjacentes ao mesmo.

*Artigo elaborado a partir dos estudos desenvolvidos no Curso de Mestrado em Educação/UFMS

Relações entre a escola e o mundo do trabalho

O trabalho da escola é analisado por Offe (1989) como uma atividade constitutiva do setor de serviços. Segundo ele, as atividades desenvolvidas pelo setor de serviços têm uma função específica no contexto das relações capita-

A educação, como parte constitutiva do setor de serviços possui o caráter "mediador, regulador, ordenador e normalizante".

listas de produção: "são sempre orientadas para a manutenção das 'condições normais' em uma sociedade ou entre suas partes, isto é, para a tarefa de defender e preservar os elementos diferenciados da estrutura social, e para mediá-los" (Offe, 1989: 136). A educação, como parte constitutiva do setor de serviços possui o caráter "mediador, regulador, ordenador e normalizante" (Ibid.: 180).

Essa característica do trabalho da escola, bem como de outras atividades desenvolvidas no setor de serviços, é perpassada pelo que Offe (Ibid.: 138-9) chama de "duplo dilema". Para ele essa incumbência de originar um estado das coisas que esteja de acordo com certas regras e valores gerais entra em conflito com a necessidade de reconhecimento da particularidade, a individualidade, a contingência e a variabilidade das situações e necessidades particulares de cada diente, estudante, paciente, passageiro, etc.

O reconhecimento das particularidades individuais gera a necessidade de uma certa autonomia e flexibilidade, as quais são inconciliáveis com os critérios de racionalidade e organização (eficácia, eficiência, controle, padronização de relações, etc.), que são implícitas na forma de organização do setor de serviços enquanto trabalho abstrato.

A análise de Offe evidencia o caráter contraditório das atividades desenvolvidas no âmbito do setor de serviços, no qual se localiza a escola. Esse caráter ambivalente e ao mesmo tempo independente desse tipo de trabalho resulta do fato de que apesar de não ser considerado produtivo, ele assegura as condições necessárias à sobrevivência do trabalho produtivo. Offe considera que "a ambivalência e a independência desse tipo de trabalho social re-

sulta do fato de ele ser um 'corpo estranho indispensável'. Ele assegura e padroniza as precondições e os limites de um tipo de trabalho ao qual ele próprio não pertence" (Ibid.: 181).

Quanto às funções que a escola vem assumindo na sociedade capitalista, Offe trata especificamente desta questão em um artigo, publicado em 1990. Nessa obra, ele afirma que uma das funções objetivas da escola, assumida por ela de forma reflexa, é a redução de conflitos, sejam eles relativos a infração de normas e virtudes estabelecidas pelo capital ou relativos a inutilização de grande

quantidade da força de trabalho devido às transformações tecnológicas e econômicas (Offe, 1990: 34).

Dessa forma, seria uma função da escola capacitar a força de trabalho de forma que possua facilidade para se adaptar às transformações do mundo do trabalho, além de "formar disposições de comportamento que correspondam aos interesses das instâncias dominantes do sistema ocupacional" (Ibid.: 34).

Esse posicionamento de Offe pode ser referendado pela seguinte citação de Marx:

Overdado significado da educação, para os economistas filantropos, é a formação de cada operário no maior número possível de actividades industriais possíveis, de tal forma que, se é afastado de um ramo pelo emprego de uma nova máquina ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa instalar-se noutro lado o mais facilmente possível (Marx & Engels, 1978: 74).

O trecho citado demonstra que Marx percebeu a função que a escola desempenhava para o capital em seu tempo: oferecer ao trabalhador uma formação que possibilite maior facilidade para se adaptar às constantes mudanças acarretadas pelo desenvolvimento das forças produtivas. E qual seria essa formação?

Partindo do pressuposto de que a escola nunca possibilitou a formação de habilidades para o trabalhador manusear máquinas, até porque essas habilidades podem ser adquiridas através de um treinamento muito simples no próprio processo de produção, pode-se inferir que essa formação do operário se constituía, e se constitui até hoje, como mostra Offe, na aquisição de hábitos e comportamentos que o preparem para se adaptar ao mercado de trabalho com o mínimo conflito possível. Dian-

te dessa constatação, uma questão ainda permanece: frente às constantes transformações no mundo do trabalho que novas funções vêm sendo atribuídas à escola?

As novas funções da escola frente às transformações no mundo do trabalho

Entre os teóricos que abordam as mudanças que vêm ocorrendo nas relações de trabalho hoje, destaca-se Jean Lojkine (1990/1995), que compara essas mudanças ao momento da Revolução Industrial, denominando-as de "Revolução Informacional". Para este autor, se as máquinas-ferramentas, impostas pela grande indústria, foram consideradas como o "melhor método para dispensar o trabalho humano ou reduzir seu preço", as novas tecnologias, hoje, são vistas como "métodos ideais para reduzir os custos da mão-de-obra e controlar o trabalho dos operadores" (Lojkine, 1995: 308). Acrescenta, ainda, que enquanto a máquina-ferramenta marcava uma divisão entre produção e serviços, a Revolução Informacional exige a superação dessa divisão.

Dessa maneira, o autor aponta para uma nova interpenetração entre informação e produção, permitindo o rompimento efetivo com as divisões do trabalho e com a estrutura hierárquica do capital. Alerta, contudo, que,

A revolução informacional (...) está em seus primórdios. Ela é, primeiramente, uma revolução tecnológica de conjunto, que se segue à revolução industrial em vias de terminar. Mas é muito mais que isto: constitui o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização, pós-mercantil (Ibid.: 11).

Tendo em vista o caráter embrionário disso que Lojkine chama de revolução informacional, há que se considerar que enquanto essa revolução não se realiza completa-

mente, a "revolução tecnológica de conjunto", que vem se instituindo na sociedade, tem deixado suas marcas na medida em que se reflete em um alto nível de desemprego.

Tomando como exemplo a Alemanha, observa-se que as taxas de desemprego aumentaram de 0,6% em 1970 para 2,9% em 1980, subindo para 6,4% em 1993. No Brasil, a última pesquisa mensal de emprego do IBGE, rela-

tiva ao mês de junho de 1998, demonstra que a taxa de desemprego, nas regiões metropolitanas do país, se encontra numa média de 8,71%. A esse respeito, Paul Singer (1998) afirma que a Terceira Revolução Industrial afeta profundamente as relações de trabalho, expulsando do emprego milhões de pessoas que cumprem tarefas rotineiras. Porém, ao mesmo tempo, as implicações da microeletrônica criam novos postos de trabalho, os quais, certamente, são em menor número.

Lojkine (1990), por sua vez, afirma que a automação não dispensa, em absoluto, a intervenção humana. Se no capitalismo industrial o homem foi reduzido a um apêndice das máquinas, passa agora a exercer funções muito mais "abstratas", muito mais "intelectuais", controlando a máquina, prevenindo defeitos e otimizando o seu funcionamento.

Considerando-se que o trabalhador passa apenas a regular o autômato, questiona-se, então: como fica aquela grande massa de trabalhadores que atuava no processo produtivo como "apêndice" das máquinas? De fato, as indústrias de alta tecnologia têm um número de trabalhadores muito reduzido, tendo em vista a automação instalada na sua produção. Segundo Apple, "As indústrias de alta tecnologia, que manufaturam instrumentos técnicos, tais como computadores, componentes eletrônicos e similares empregam atualmente menos de 15% da força de trabalho remunerada dos Estados Unidos e de outras nações industrializadas" (Apple, 1995: 154).

Mészáros (1989: 83), analisando as mudanças que perpassam o mundo do trabalho hoje, coloca que os avanços científicos vêm sendo cada vez mais incorporados ao processo produtivo. A atividade científica é orientada "em

O reconhecimento das particularidades individuais gera a necessidade de autonomia e flexibilidade inconciliáveis com critérios de racionalidade e organização.

consonância com sua posição dentro da estrutura da divisão capitalista de trabalho".

Segundo Mészáros, a utilização da ciência no processo produtivo visa uma dupla tarefa, a saber: inventar maior quantidade de maquinaria produtiva, levando à redução de trabalho e delinear métodos e processos adequados para a produção lucrativa de mercadorias em massa. Os resultados dessa utilização se mostram

nas altas taxas de desemprego, na superprodução/subutilização das mercadorias, bem como no uso cada vez mais dissipador da maquinaria produtiva.

As considerações de Mészáros revelam que na medida em que a ciência passa a ter uma participação maior na produção, aumentam as taxas de desemprego, tendo em vista que o processo produtivo passa a ser, cada vez mais, automatizado. Tendo em vista essa redução das oportunidades de emprego, Singer (1998) considera que a denominação mais adequada para o "desemprego", nesse momento, seria "precarização do trabalho", posto que,

Os novos postos de trabalho, que estão surgindo em função das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo. Para começar, muitos destes postos são ocupações por conta própria, reais ou apenas formais (Singer, 1998: 24).

Para o autor, o que é necessário é a ocupação - "atividade que proporciona sustento a quem a exerce" - e não simplesmente emprego. "Emprego assalariado é um tipo de ocupação - nos países capitalistas o mais freqüente, mas não o único" (Ibid.: 14). A esse respeito, pode-se destacar o posicionamento de Offe (1989), o qual enfatiza que o mercado de trabalho é apenas um princípio de alocação da força de trabalho, e acrescenta, "No futuro, uma proporção crescente da população em idade produtiva terá de receber renda por meio de formas diferentes de venda de sua força de trabalho" (Offe, 1989: 87). Para ele, a chance em completar e ampliar o repertório de mecanismos alocativos está na instituição de modos "informais" de atividade útil.

cresceu de 15,59% em março de 1989 para 20,21% no mesmo período de 1996. Esses dados evidenciam o aumento das ocupações informais e autônomas em detrimento do trabalho assalariado formal e apontam para uma procura por novas alternativas de inserção no mundo do trabalho, que pode ser interpretada como resultado do aumento das taxas de desemprego.

Entre as novas alternativas de alocação da força de trabalho, Offe (1989) destaca o crescimento do setor terciário, ou de serviços. Para ele, esse setor vem crescendo continuamente nas sociedades industriais, a partir da década de 30. Mattoso e Pochmann (1995), apresentaram dados que demonstram o crescimento da indústria, em detrimento da agricultura, até a década de 60. Observe-se que na Alemanha a ocupação agrícola caiu de 33,5% em 1920 para 13,8% em 1960, chegando a 3,0% em 1993, enquanto que o setor industrial, no período correspondente, teve um aumento de 38,9% para 48,2%, decaindo posteriormente para 37,0%, momento em que se evidencia o aumento do setor de serviços, o qual teve um crescimento de 38,0% em 1960 para 60,0% em 1993.

É importante ressaltar, porém, que o aumento da oferta de trabalho em outros setores não chega a satisfazer as necessidades da demanda de desempregados. Dessa maneira, faz-se necessária a intervenção do Estado no sentido de gerir os conflitos ocasionados pelos desequilíbrios do mercado.

Frente às mudanças que vêm passando as relações de trabalho na sociedade contemporânea, Offe identifica algumas novas funções que vêm sendo atribuídas ao sistema educacional, as quais denomina "tarefas substitutivas", pois visam substituir subsistemas que foram

deixando de exercê-las devido às mudanças nas relações de trabalho na sociedade.

Um desses subsistemas que vem sofrendo mudanças e deixando de exercer funções que antes lhe eram peculiares é a

família. Ofato do Estado assumir algumas funções desse subsistema origina a tendência da escola de tempo integral e, ao mesmo tempo, contribui para a manutenção do modo de produção capitalista, criando condições para manter um grande número de força de trabalho feminina no mercado.

Essa questão da manutenção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho como

Uma das funções da escola é capacitar a força de trabalho de forma que possua facilidade para se adaptar às transformações do mundo do trabalho.

Singer (1998) fornece dados relativos à região metropolitana de São Paulo, demonstrando que a porcentagem de assalariados diminuiu de 72,06% em março de 1989 para 63,21% em março de 1996, enquanto que as ocupações assalariadas informais cresceram de 9,14% para 11,37% no mesmo período. No que se refere aos trabalhadores autônomos, o autor demonstra que esse tipo de ocupação

uma forma de contribuir com o modo de produção capitalista tem sido repensada frente às mudanças que vem ocorrendo na sociedade capitalista. Com o aumento do desemprego estrutural, causado, entre outros motivos, pelo alto desenvolvimento tecnológico, há estudos que apontam para uma volta da mulher ao exercício das atividades domésticas, com vistas a reduzir a demanda pelo mercado de trabalho.

Outra tarefa que vem sendo atribuída à escola refere-se à educação profissional, que vinha se tornando dispendiosa e ineficiente para os empresários. Nas mãos do Estado, a educação profissional requer uma

terceira função substitutiva, que é a de "socialização momentânea", ou seja, a organização institucional da força de trabalho que não foi assimilada pelo sistema ocupacional.

A análise desenvolvida aqui possibilita verificar que com as mudanças que vêm sendo instituídas no mundo do trabalho na sociedade capitalista, novas funções vem sendo atribuídas à escola, contudo, ela não perde uma de suas principais características: a contribuição para a redução de conflitos na sociedade.

Vale ressaltar, porém, que o interesse de uma determinada classe em controlar as demais evidencia que existe luta de classes em potencial. A escola, enquanto instituição inserida nas relações sociais capitalistas é um espaço de luta, de contradições que se evidenciam ou se ocultam de acordo com o movimento histórico da sociedade.

As determinações implícitas nas políticas educacionais do Estado.

Para Offe, (1990), a política educacional é um dos exemplos mais patentes de como o Estado procura manter a aparência de igualdade de oportunidades entre os indivíduos, com vistas a preservar sua própria legitimidade, prevenindo-se, assim, contra o desmascaramento da sua aparência de neutralidade, "ou seja, que ele seja identificado e combatido como parte da classe dominante" (Offe, 1990: 40).

Baseado nessa premissa o autor levanta algumas hipóteses a respeito dos motivos pelos quais essas políticas se apresentam como "reação a problemas estruturais de legitimação de

uma sociedade que constantemente dissolve e desacredita suas próprias premissas igualitárias" (Ibid.: 41).

Para ele, a política da educação poderia ter a função de "tornar temporalmente contingentes as privações e frustrações experimentadas por indivíduos numa determinada situação social num determinado momento" (Ibid.: 41). Como exemplo ele cita instituições

A "revolução tecnológica de conjunto" que vem se instituindo na sociedade tem deixado suas marcas na medida em que se reflete em um alto nível de desemprego.

que logram estabelecer a permanente possibilidade de revisão do caráter não definitivo do *status* social como realidade subjetiva (reciclagem, educação de adultos e educação continuada).

Uma segunda função que poderia ser atribuída à política educacional refere-se ao fato de colocar o esforço de aprendizagem individual no lugar da discussão política coletiva e organizada. A absorção de conflitos seria uma terceira função dessas políticas, na medida em que colocam a participação individual como estratégia para a transformação da situação social, utilizando referências escolares e correspondentes motivos e capacidades para interpretar o insucesso dos indivíduos na situação social.

A quarta função atribuída às políticas educacionais refere-se à "segurança da base de legitimação do sistema político, porque os encargos por ela impostos não podem ser considerados específicos de classes ou grupos", tendo em vista a multifuncionalidade com que são interpretadas.

Apesar de reconhecer a função de "formação ideológica" de estruturação da consciência social das políticas educacionais do Estado, Offe procura identificar suas contradições, considerando que:

É preciso perceber que os esforços empreendidos pelas escolas, as universidades e suas instâncias de controle no plano da política educacional no sentido de tomar como tema e dar conta dos problemas estruturais do desenvolvimento social acima indicados, liberam uma dinâmica que permite levantar a suposição de que 'uma política educacional conseqüente pode conduzir a conflitos desestabilizadores para o sistema' (Ibid.: 50).

O autor, na medida em que procura entender as funções para as quais as políticas educacionais do Estado são formuladas, deixa claro as contradições implícitas nas mesmas, chegando a expor sua suposição de que, "...uma outra função do sistema e das políticas educacionais consiste em infringir as próprias intenções, ou seja, em criar condições de conflito onde elas as queiram evitar" (Ibid.: 51).

O estudo do caráter determinante das políticas educacionais passa pela análise de sua inserção no contexto das políticas sociais, enquanto parte constitutiva das políticas públicas instituídas pelo Estado.

Frente às mudanças que vêm perpassando as relações de trabalho, novas funções são atribuídas ao sistema educacional, as quais denomi na "tarefas substitutivas".

Algumas medidas sociais começam a ser implantadas no Brasil a partir dos anos 30 e vêm se intensificando nas últimas décadas. Segundo Neves (1994), a complexificação crescente das relações intra e interclasses no capitalismo monopolista exigiu do Estado uma intervenção mais direta tanto no que se refere à valorização do capital quanto a adoção de mediação política como estratégia de dominação. Para atender a essas necessidades instituiu-se o Fundo Público como financiador das políticas públicas.

Como uma fração das políticas públicas, as políticas sociais visam responder a essa dupla determinação. Para Neves (1994: 15), essas políticas resultam tanto das necessidades estruturais de produção e reprodução da força de trabalho como da ampliação dos mecanismos de controle social das decisões estatais.

Guimarães (1993) pondera que, no início de sua implantação, as políticas sociais se restringiam à política previdenciária, desenvolvida como instrumento de controle dos segmentos assalariados. Já no período autoritário (1964-1973), a política social é percebida como um apêndice do desenvolvimento econômico. A autora considera que só no governo Geisel (1974-1979), a política social começa a ser assumida não mais como um subproduto da economia, mas como resultado das articulações entre o Estado e a sociedade.

Tendo em vista essas características da política social, vale ressaltar o posicionamento de Neves (1994), que coloca:

Situar a educação como política social do Estado capitalista significa, antes de tudo,

admitir (...) que, de um modo geral, o ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas educacionais, em determinada formação social concreta capitalista na atualidade, estão relacionados tanto com a consolidação dos níveis de participação popular alcançados como também com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (Neves, 1994: 16).

O reconhecimento da política educacional como uma fração da política social implica em admitir que ela assume determinadas funções, que são implícitas às políticas públicas como um todo. Considerando-se sua inserção no con-

texto das políticas financiadas pelo Fundo Público, se faz necessário ressaltar a importância do momento contemporâneo, tendo em vista que, "completo o ciclo intervencionista [do Estado],

(...) esgota-se seu papel de agente central desse processo" (Vieira, 1995: 32). Frente a essas dúvidas a respeito da necessidade da presença do Estado no setor produtivo, Vieira questiona se as premissas que sustentam os argumentos a favor da retirada de cena do *Estado-empresário* valeriam para o *Estado-provedor-de-bens-públicos*. Segundo a autora,

Quaisquer que sejam as críticas que se possam fazer ao Estado no exercício de suas atribuições sociais, é imperioso reconhecer que, nas circunstâncias concretas do mundo contemporâneo, não se sustenta a concepção de uma sociedade sem Estado. De um lado, há que se considerar os requerimentos de uma sociedade subdesenvolvida à qual o Estado deve prover certos serviços essenciais, até mesmo como regulador do processo de redistribuição de renda. De outro, o próprio sentido da democratização implica um redirecionamento do aparelho estatal no sentido de promover serviços que, pela sua própria natureza, não se subordinam às leis do mercado em sentido estrito (Vieira, 1995: 37).

Diante da necessidade ressaltada por Vieira, o Estado realiza sua intervenção, criando o que Offe denomina de "nichos", "áreas livres" e "zonas amortecedoras". O autor cita como exemplo a família, onde vivem pessoas que não são proprietários nem assalariados e são socialmente estabelecidos através de normas culturais e políticas. Para o autor, essas "normas culturais e políticas" determinam quais pessoas, vivendo em que condições, não

se requer (ou permite) que ofereçam sua força de trabalho nos mercados de trabalho (Offe, 1989: 38).

Tendo em vista essas considerações, é imperativo reconhecer que a escola, na medida em que se localiza no contexto das políticas educacionais, está inserida num rol mais amplo de políticas sociais, as quais se constituem em produto das relações entre o Estado, as classes trabalhadoras e os interesses do capital, constituindo-se em mecanismo legitimador da ordem, na medida em que contribui para o barateamento da força de trabalho por meio da socialização dos custos de sua produção (Pastorini, 1997). Mais do que mecanismo de controle social, contudo, essas políticas se constituem, também, na consolidação de níveis de participação popular revelando o caráter contraditório e conflituoso desse processo. Uma análise das políticas educacionais do Estado e suas determinações se faz necessária tendo em vista que a escola, seja ela pública ou privada, está sujeita às implicações dessas políticas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a determinação das funções da escola

Tendo em vista o posicionamento de Offe sobre as políticas educacionais, e suas hipóteses a respeito das funções que vêm sendo atribuídas à escola e às políticas educacionais, este trabalho se propõe a analisar o documento dos "Parâmetros Curriculares Nacionais" - PCNs - (1996), com vistas a identificar como o Estado é configurado nesse documento e quais as funções que, implícita ou explicitamente, atribui à escola.

A opção pelos PCNs se deve ao fato de que são postulados como "referência nacional" para a revisão curricular de estados e municípios. Foram formulados com vistas a atender à solicitação do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), coordenado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), o qual defende que,

...em consonância com o que estabelece a Constituição de 1998, afirma a necessidade e a obrigação do Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular, capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos

ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras. (Brasil, 1990: 21).

Dessa maneira, os PCNs se propõem a atender a necessidade de "...oferecer a toda a população brasileira, independente de etnia, credo, gênero, região de origem ou classe social, o domínio de recursos culturais imprescindíveis ao exercício da cidadania democrática" (Ibid.: 21-2).

Definem-se como o primeiro nível de concretização curricular, como uma referência nacional destinada a

...subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos estados e municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna às escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores. (Ibid.: 24).

O trecho citado evidencia uma tentativa de escamotear o caráter de determinação do trabalho do professor subjacente ao documento, tendo em vista que postula "subsidiar a revisão curricular de estados e municípios" através de um diálogo com as propostas já existentes, servindo como material para reflexão do professor. Entretanto, o que se evidencia ao longo do documento é a falta de abertura para um possível diálogo, apresentando conceitos fechados, embasados teoricamente, sem mostrar as contradições.

Dessa maneira, o documento se apresenta como um referencial para a formulação do currículo de Estados e Municípios, que pode servir como instrumento para um maior controle do

Uma das tarefas que vem sendo atribuída à escola refere-se à educação profissional, que vinha se tornando dispendiosa e ineficiente para os empresários

trabalho docente, tendo em vista que apresenta toda uma visão de sociedade e de escola, embasadas por um aparato teórico consistente que dificilmente será questionado pelo professor, o qual, mesmo que realize alguma interferência, incentivado pela "ilusão" de que está "*participando criativamente*" do processo, não encontra possibilidade de fazer qualquer alteração estrutural no projeto.

O incentivo à participação do professor no processo de planejamento evidencia a tentati-

va do Estado em manter sua aparência de neutralidade. Esse aspecto pode ser identificado na seguinte citação:

...na atual realidade brasileira, a profunda segmentação social, decorrente da iníqua distribuição de renda, tem funcionado como um entrave para que uma parte considerável da população possa fazer valer os seus direitos e interesses fundamentais. Cabe ao governo o papel de assegurar que o processo democrático se desenvolva sem entraves (Ibid.: 04).

A citação acima mostra o esforço do Estado em manter sua aparência de neutralidade, o que, para Offe, é imprescindível para que preserve sua legitimidade. Ele destaca a política educacional como um dos exemplos mais patentes de como o Estado procura produzir uma "aparência de igualdade de oportunidades" (Offe, 1990: 41).

Nos PCNs essa questão se evidencia claramente quando enfatiza: "É papel do *Estado democrático* investir na escola, para que esta instrumentalize e prepare crianças e jovens para o *processo democrático*, forçando a equalização do acesso à educação e às possibilidades de participação social" (Brasil, 1996: 04).

na verdade não poderá ocorrer nos limites da sociedade capitalista.

Para Senna (1994: 167), a questão da democracia não se enquadra "nos limites do requerimento do capitalismo e da administração estatal". Dessa maneira, a proposta de escola democrática apresentada pelos PCNs não é viável e não expressa, verdadeiramente, os reais interesses do Estado.

Os PCNs postulam como função social da escola a socialização, sem deixar de considerar a importância do desenvolvimento individual, mas enfatizando a impossibilidade de um "desenvolvimento individual à margem da sociedade, da cultura". (Brasil, 1996: 32). A partir dessa consideração é possível identificar os interesses de classe que perpassam o documento, pois, apesar de reconhecer a diversidade cultural que caracteriza o país, identifica uma cultura como dominante, sem a qual seria impossível ao indivíduo adaptar-se à vida na sociedade.

A questão da cultura é também enfatizada por Carnoy (1992: 65), quando afirma que "A educação básica é uma atividade cultural e um elemento fundamental no processo de transformação cultural". Essa consideração demonstra a subordinação do desenvolvimento individual à assimilação de uma cultura, ora, se postula uma necessidade de "transformação cultural" realizada pela escola, deve possuir uma concepção de cultura preestabelecida e diferente daquela que o aluno possui.

de uma cultura, ora, se postula uma necessidade de "transformação cultural" realizada pela escola, deve possuir uma concepção de cultura preestabelecida e diferente daquela que o aluno possui.

Dessa maneira, a escola teria a função de socialização do indivíduo, transmitindo "os valores e as normas da sociedade industrializada e moderna" (Carnoy, 1992: 66), com vistas à redução de conflitos na sociedade, como aparece no seguinte trecho dos PCNs:

Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos modos de vivenciar as diferenças de inscrição *sócio-político-cultural* entre os cidadãos, questão particularmente relevante num país como o nosso, marcado por uma notável diversidade cultural, produto, inclusive, da extensão territorial e das peculiaridades históricas, étnicas e antropológicas de cada região (Ibid.: 07).

Essa citação permite desvelar o caráter de redutor de conflitos que se atribui à educação, delegando a ela o papel de proporcionar aos alunos modos de lidar com as diferenças sócio-políticas-culturais, e atribuindo essas diferen-

O estudo do caráter determinante das políticas educacionais passa pela análise de sua inserção no contexto das políticas sociais

Essa questão do Estado democrático tem sido discutida com maior ênfase a partir da década de 80, com o fim da ditadura militar. Tratando particularmente da escola, Senna (1994) postula que esse

é um tema que se faz presente com mais intensidade em 1983, devido a um momento da vida brasileira de grande significação histórica, ou seja, a presença no executivo de diversos Estados e Municípios do país de partidos que representavam a oposição ao regime instaurado em 1964 (Senna, 1994: 108).

Mais de uma década depois observamos nos PCNs a questão da democracia sendo destacada, evidenciando o caráter utópico da escola proposta, tendo em vista que postula formar os alunos para o "processo democrático", um processo que vem sendo discutido desde a década de 80 como uma meta a ser alcançada, o que,

ças às diversidades peculiares ao país e a cada região. Deixa de considerar, entretanto, as gritantes diferenças entre as classes sociais, marcadas por uma distribuição de renda desigual e pelo movimento de uma economia regulada pelos interesses do capital.

Outra função atribuída à escola, que é destacada por Offe, é explicitada nos PCNs nos seguintes termos:

A escola busca a inserção dos jovens no mundo do trabalho, da cultura, das relações sociais e políticas, através do desenvolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos hoje e a lidar com rapidez na produção e na circulação de novos conhecimentos e informações, que têm sido avassaladores e crescentes (Ibid.: 33).

O trecho citado demonstra o papel que tem sido atribuído à educação no sentido de preparar o indivíduo para se adaptar, com maior agilidade, às transformações pelas quais

passa o mundo do trabalho; além de incorporar gradativamente novas funções que vêm atender as mais recentes necessidades impostas por essas mudanças, contribuindo, assim, para a redução dos conflitos advindos desse processo.

Essa constatação permite conduzir que os PCNs, como documento elaborado por um órgão governamental (MEC), demonstram a atuação do Estado no sentido de determinar as funções que devem ser assumidas pela escola. Entretanto, cabe enfatizar que, enquanto instituição localizada no cerne da sociedade capitalista, a escola é permeada pelos mesmos conflitos de classe que perpassam essa sociedade. Esses conflitos são revelados nos PCNs na medida em que se identifica as contradições implícitas em seu conteúdo, permitindo aventar que, na tentativa de explicitar sua aparente neutralidade, através desse documento, o Estado acaba deixando lacunas que podem ser utilizadas num sentido diferente do que aquele para o qual foi formulado.

BIBLIOGRAFIA.

- APPLE, Michel W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Versão agosto, 1996.
- CARNOY, Martin. *Razões para investir em educação básica*. New York, N.Y., USA: UNICEF, 1992.
- GUIMARÃES, Débora M. As políticas sociais no Brasil: uma análise histórica. In: GUIMARÃES, D. M. [et al] *Políticas sociais no Brasil*. Brasília: Serviço social da Indústria - DN - Super - DITEC, 1993.
- LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Crítica da educação e do Ensino*. Trad. E Notas: Roger Dangeville. Lisboa: Moraes, 1978.
- MATTOSQ, Jorge Eduardo L. & POCHMANN, Marcio. *Globalização, concorrência e trabalho*. Campinas, SP: Unicamp, 1995.
- MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e estado capitalista*. 2ª ed. São Paulo: Ensaio, 1989.
- NEVES, Lúcia Maria W. *Educação e política no Brasil de hoje*. São Paulo: Cortez, 1994.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. Trad.: Wanda C. Brant. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação - Contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. In: *Educação E Sociedade*, n. 35, abril/1990.
- O MUNDO HOJE 95/96 *Anuário econômico e geopolítico mundial*. São Paulo: Ensaio, 1996.
- PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios da políticas sociais? avanços e limites da categoria "concessão-conquista". *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 53, março, 1997.
- SENNA, Ester. *Educação e Democracia: um estudo dessa articulação na produção pedagógica dos anos 80*. São Paulo, (Tese de Doutorado: USP), 1994.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- VIEIRA, Sofia L. Neoliberalismo, privatização e educação no Brasil. In: OLIVEIRA, Romualdo P. de (Org.). *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1995.